

Relatório de Participação em Evento IGF2017 - "Shape your Digital Future"

Tanara Lauschner¹

¹Conselheira do CGI.br
Terceiro Setor

tanara@icomp.ufam.edu.br



Resumo. *Este documento descreve, de maneira sucinta, a minha participação no Internet Governance Forum (IGF) que aconteceu em Genebra - Suíça nos dias 18 a 21 de dezembro de 2017. Não irei relatar todas as atividades que eu participei, apenas algumas que achei mais relevantes.*

1. Informação Geral do Evento

Trata-se da 12^a reunião anual do Fórum de Governança da Internet (IGF) que aconteceu entre 18 e 21 de dezembro de 2017 no Escritório das Nações Unidas em Genebra (Palais des Nations). O IGF promove discussões e diálogos sobre questões de políticas públicas relacionadas à Internet. Foi convocado a primeira vez em 2006 pelo Secretário-Geral das Nações Unidas. O IGF facilita um entendimento comum sobre como as oportunidades na Internet podem ser maximizadas e aborda os riscos e desafios que surgem a cada edição. É um fórum que oferece aos países em desenvolvimento a mesma oportunidade que as nações mais ricas de participar do debate. A reunião contou com a participação de 2019 participantes de 142 países, além de 1661 participantes on-line que puderam se conectar a partir de 32 hubs remotos organizados em todo o mundo. O maior número de participantes on-line veio dos seguintes países: Estados Unidos, Suíça, Nigéria, China, Índia, Brasil, França, Reino Unido e México.

2. Relato

No Dia Zero houve uma sessão sobre *Human rights based cybersecurity strategy*, que tratou de algumas questões chave sobre cibersegurança e direitos humanos, discussão dinâmica. A ideia foi, unir os debates de vários tópicos capazes de criar um ponto entre as questões políticas e as soluções técnicas. Os tópicos discutidos incluíram, entre outros: o desenvolvimento global de normas, medidas de fortalecimento da confiança, iniciativas de capacitação, restrições sobre tecnologia de criptografia e aprimoramento de privacidade, fusão de segurança nacional e cibersegurança, insegurança com as IoT, ciberataques e ciberespionagem usado por estados-nação e outros atores, e acesso governamental transfronteiriço aos dados.

Houve um painel bem interessante no primeiro dia sobre *Digital inclusion for women: Scaling up our efforts* a motivação do painel se deu pois, infelizmente, apesar do aumento do número de iniciativas voltadas para as barreiras à igualdade de gênero no acesso à Internet, a divisão digital entre os sexos ainda permanece. De fato, a estimativa mais recente da UIT indica que a diferença global entre usuários da Internet aumentou de 11% em 2013 para 12% em 2016. Hoje, as taxas de penetração continuam mais altas para homens do que para mulheres em todas as regiões do mundo.

A lacuna digital crescente entre os sexos tem implicações significativas em termos de capacitação e desenvolvimento das mulheres, bem como para as sociedades, empresas e economias. Na reunião foram relatadas algumas ações realizadas ao redor do mundo de forma a superar as barreiras de gênero no acesso à Internet. Várias pessoas que estavam participando do painel também puderam relatar as ações das quais participam e também dar sua contribuição sobre o tema. A sessão do workshop foi encerrada com uma breve observação final de cada um dos painelistas sobre como ampliar os esforços para superar a divisão de gênero.

No segundo dia, o Workshop *Emerging challenges for data protection in Latin American countries* teve como objetivo discutir os desafios para a regulação da proteção de dados pessoais na América Latina e identificar soluções e inovações desenvolvidas nos diferentes países em um exercício que pudesse dar subsídios às discussões regulatórias em andamento na região. Além de lidar com questões tradicionais de proteção de dados, como o conceito de dados pessoais e anônimos; necessidade de consentimento; transferência internacional de dados pessoais; autoridade de proteção de dados, o Workshop discutiu - a partir de uma perspectiva regional - temas emergentes como privacidade a partir da concepção do projeto; questões técnicas relacionadas ao direito ao esquecimento; auditoria e responsabilização de algoritmo; e a complexidade inerente à troca de fluxos de dados entre entidades privadas e públicas no processamento de dados pessoais. Qualquer discussão que pretenda pensar em como será o futuro na era digital deve levar em consideração os impactos do processamento de imensas quantidades de informações pessoais coletadas por agentes privados e públicos. As legislações são extremamente importantes no sentido de salvaguardar os direitos dos cidadãos à privacidade e a proteção de seus dados pessoais. Esta evolução faz com que o assunto ganhe cada vez mais relevância em debates como os travados no IGF. As novas tecnologias e o conceito da Internet das Coisas faz com que não seja possível deixar que a regulação de coleta e tratamento de dados fique à cargo das empresas.

Houve ainda no dia 19 o debate sobre *CyberBRICS: Building the Next Generation*

Internet, STEP by Step que trouxe uma reflexão sobre como os países que compõem os BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul - estão lidando com as mudanças sem precedentes trazidas pela implementação de novas tecnologias, e quais esforços estão sendo intensificados para que esses países tenham um papel protagonista no futuro. Um desses esforços ensejou a aprovação da Parceria Empresarial de Ciência e Tecnologia do BRICS (STEP) que mostra que os BRICS não apenas promovem uma nova onda de desenvolvimento tecnológico, mas também intensificam a sinergia em relação às políticas digitais para impulsionar a quarta revolução industrial, desenvolvendo soluções efetivas para problemas compartilhados e transformando o cenário econômico, social e legal. O painel buscou a identificação de políticas prioritárias, mecanismos de cooperação e mudanças tecnológicas emergentes da área dos BRICS, sendo este um importante ponto de partida para uma compreensão clara das tendências que já moldam e também moldarão o ecossistema de Governança da Internet.

No dia 20 houve o *Best Practice Forum (BPF) on Gender e Access* que trouxe novamente ao debate a questão da inserção das mulheres no que diz respeito ao acesso e uso da Internet, debatendo boas práticas no sentido de atingir este desafio. Há três anos este Fórum no IGF vem investigando várias questões pertinentes ao tema.

Neste IGF a comunidade decidiu olhar para as barreiras específicas enfrentadas por comunidades específicas como mulheres com deficiência, refugiadas, jovens, idosas, mulheres LGBTQI, mulheres em áreas rurais e mulheres indígenas. Também foram detalhadas várias iniciativas nos níveis regional e nacional que abordam desafios com alguns desses grupos específicos. Conectar-se com a comunidade, acessar informações e promover oportunidades educacionais foram algumas das principais necessidades dos vários subgrupos. A pesquisa destacou a falta de infra-estrutura, insuficiente conteúdo local e relevante e normas sociais e culturais como principais obstáculos ao acesso à Internet para mulheres refugiadas, mulheres indígenas, mulheres homossexuais e mulheres jovens. Também enfatizou a necessidade de políticas focadas no gênero e de iniciativas de nível de base sustentáveis para aumentar a inclusão.

Em toda a programação do IGF foi notória a grande participação das mulheres muito além da discussão específica de gênero, houve mesas com temas gerais composta somente por mulheres, o que demonstra o engajamento cada vez maior das mulheres nesta comunidade e no IGF.

No dia 20 também houve o Lançamento do Manual *Data Protection and Humanitarian Action* com o objetivo de salvaguardar os dados pessoais dos indivíduos, particularmente em condições de emergências humanitárias como conflitos armados. O foco do Manual é a aplicação dos princípios de proteção de dados e privacidade em ações humanitárias, e nas implicações desses princípios na adoção de novas tecnologias na esfera humanitária, tais como biometria, big data e análise de dados, políticas de transferência de renda, aplicativos de mensagens instantâneas e soluções baseadas em nuvem.

A coleta e processamento em massa de dados - e suas muitas consequências sociais, políticas e econômicas foi tema do debate *Datafication and Social Justice: What challenges for Internet Governance?* no último dia do IGF. A análise de "big data" e sua coleta por meio de mídias sociais, "dispositivos inteligentes" e a Internet das coisas abriram novos caminhos para a criação de riqueza econômica, a aplicação da lei e a administração

pública. O uso desses dados na governança, no entanto, e as possíveis consequências para os direitos dos cidadãos e justiça social estão apenas começando a ser explorados. Os dados sobre usuários, consumidores e cidadãos podem aumentar a eficiência da governança, mas capturar a atividade humana e o comportamento em dados, poderá impor enormes desafios aos direitos cívicos e gerar transformações nas relações entre as pessoas, empresas e governos. A sessão teve vários objetivos relacionados ao tema, entre eles: explorar as principais tendências e desenvolvimentos na área da informação e as consequências da coleta e análise de dados em massa para a justiça social e os direitos humanos. Identificar as implicações destes desenvolvimentos para a agenda mais ampla de Governança da Internet e para o papel do IGF em particular. Formular, por meio da promoção de um diálogo multissetorial sobre o assunto, recomendações para o gerenciamento de dados que respeitem os direitos humanos e promovam a justiça social.

Dialogando diretamente com o tema do IGF “*Shape your Digital Future*” - Forme seu futuro digital - o Painel *Fake news, Content Regulation and Platformization of the Web: A Global South Perspective* trouxe a discussão de como deve ser o futuro da liberdade de expressão e da regulação de conteúdo na Internet a partir de uma perspectiva global do sul mundial. Quais implicações para a governança da Internet do fascínio atual por meios automatizados ou algorítmicos de regulação de conteúdo para os direitos humanos e a liberdade de expressão? E como a ICANN se posiciona nisso foram algumas das questões trazidas. De um modo geral, o painel apontou que as soluções existentes são, infelizmente, inerentemente problemáticas: elas defendem restrições amplas e abrangentes à liberdade de expressão, às vezes na ausência de evidências claras de qualquer ato ilegal. Este painel contou com a presença majoritária de mulheres em sua composição.